

CAPÍTULO 8

DELIMITANDO OS APORTES TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NAS ENTRELINHAS DE UMA METODOLOGIA VISUAL

Data de submissão: 11/12/2023

Data de aceite: 26/01/2024

Isabelly Pereira Da Costa Silva

Universidade Regional do Cariri,
Departamento de Ciências Biológicas,
Missão Velha, CE

José Weverton Almeida-Bezerra

Universidade Regional do Cariri,
Departamento de Ciências Biológicas,
Crato, CE
<http://lattes.cnpq.br/5570296179611652>

Maria Aparecida Barbosa Ferreira Gonçalo

Universidade Regional do Cariri,
Departamento de Ciências Biológicas,
Crato, CE
<http://lattes.cnpq.br/5782987886301211>

Marcos Aurélio Figueiredo dos Santos

Universidade Regional do Cariri,
Departamento de Ciências Biológicas,
Campos Sales, CE
<http://lattes.cnpq.br/8643818710205791>

Maraiza Gregorio de Oliveira

Universidade Regional do Cariri,
Departamento de Ciências Biológicas,
Crato, CE
<http://lattes.cnpq.br/5531655755169344>

Ademar Maia Filho

Universidade Regional do Cariri,
Departamento de Ciências Biológicas,
Crato, CE
<http://lattes.cnpq.br/9570480278376163>

Maria Ivaneide Rocha

Universidade Regional do Cariri,
Departamento de Ciências Biológicas,
Crato, CE
<http://lattes.cnpq.br/9970719739461824>

Viviane Bezerra da Silva

Universidade Federal de Pernambuco,
Departamento de Botânica, Recife, PE
<http://lattes.cnpq.br/8722844622066713>

Nathallia Correia da Silva

Universidade Regional do Cariri,
Departamento de Ciências Biológicas,
Missão Velha, CE
<http://lattes.cnpq.br/9202918580320342>

Adrielle Rodrigues Costa

Universidade Federal do Cariri, Centro de
Ciências Agrárias e da Biodiversidade,
Crato, CE
<http://lattes.cnpq.br/1260333044819626>

Ivo Gustavo de Paiva Siqueira

<http://lattes.cnpq.br/5214833384558555>
Universidade Federal de Alagoas – UFAL,
Maceió - AL

RESUMO: Partindo da indagação de como se deu o processo de inclusão do aluno surdo no sistema educacional brasileiro, o presente artigo traz como objetivo geral: discutir por meio de dados literários como se desenvolveu e desenvolve o processo de inclusão do aluno surdo no sistema educacional brasileiro. Pode-se inferir ainda, que o interesse pela inclusão de Surdos nas escolas surgiu também da importância da pesquisa para o desenvolvimento profissional do licenciando em letras, pois sabemos que ainda existem muitos paradigmas sobre este assunto, e através das informações aqui pesquisadas e apresentadas, os educadores serão capazes de melhor intervir no processo de ensino e aprendizagem de alunos com algum grau de surdez. Para a realização do estudo, adotou-se como metodologia um levantamento bibliográfico, cuja abordagem de seu conteúdo foi de forma qualitativa. Diante do estudo realizado, é correto inferir que o processo de ensino do aluno surdo é pautado em metodologias visuais, deixando de lado outros fatores que influenciam o desenvolvimento correto do processo de ensino. Percebeu-se ainda que o desenvolvimento do ensino de surdos no Brasil se deu de forma lenta, e mesmo com todos os avanços educacionais e normatizações para o ensino do surdo, ainda tem um longo caminho para trilhar. Portanto, o ensino de surdos deve ser visto como importante tarefa do professor licenciado para desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade, e claro, tendo em vista a busca por novos conhecimentos e desenvolvimento de novas metodologias por meio de uma formação continuada.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de surdos no Brasil. Metodologia Visual. Educação Inclusiva.

DELIMITING THE THEORETICAL CONTRIBUTIONS OF DEAF EDUCATION BETWEEN THE LINES OF A VISUAL METHODOLOGY

ABSTRACT: Starting from the question of how the process of inclusion of deaf students in the Brazilian educational system took place, this article has the general objective: to discuss, through literary data, how the process of inclusion of deaf students in the Brazilian educational system developed and continues to develop. It can also be inferred that the interest in the inclusion of Deaf people in schools also arose from the importance of research for the professional development of graduate students in humanities, as we know that there are still many paradigms on this subject, and through the information researched and presented here, educators will be able to better intervene in the teaching and learning process of students with some degree of deafness. To carry out the study, a bibliographical survey was adopted as a methodology, which was approached qualitatively. Given the study carried out, it is correct to infer that the teaching process of deaf students is based on visual methodologies, leaving aside other factors that influence the correct development of the teaching process. It was also noticed that the development of teaching the deaf in Brazil took place slowly, and even with all the advances in education and standards for teaching the deaf, there is still a long way to go. Therefore, teaching the deaf must be seen as an important task of the licensed teacher to develop quality learning, and of course, with a view to the search for new knowledge and

development of new methodologies through continued training.

KEYWORDS: Teaching the deaf in Brazil. Visual Methodology. Inclusive education.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo parte do pressuposto da inclusão escolar com ênfase na reflexão sobre a formação de surdos no ensino regular, afim de entender que para a inclusão se tornar efetiva na prática de sala de aula, é necessário mudar práticas docentes, currículo escolar, métodos, avaliação, estrutura física, materiais didáticos entre outros, para que ocorra a inserção de alunos surdos e implementação do processo ensino e aprendizagem de forma satisfatória.

As mudanças pedagógicas das últimas décadas exigem cada vez mais mudanças no ambiente educacional, particularmente em ambientes que atendam pessoas com deficiências, onde o ensino precisa ocorrer em contextos inclusivos, onde todos os discentes aprendam e estejam juntos sem nenhum tipo de discriminação (FERREIRA *et al.*, 2021).

Dessa forma, Souza (2020), expressa que em todos os âmbitos da sociedade, manifesta-se o desejo de que todas as pessoas, independentemente de sua diversidade, tenham acesso aos direitos civis preconizados por uma ampla legislação que, ao longo do tempo, constitui uma ação política, cultural e educativa. Por isso, a partir do século XX, foram publicados diversos documentos importantes que revelaram o verdadeiro conceito de educação inclusiva.

Nessa perspectiva, cabe ao professor e à equipe pedagógica planejar o acolhimento do aluno surdo na escola regular para que os diferentes métodos e estratégias didáticas estejam sempre presentes em suas aulas a fim de facilitar o ensino e minimizar as dificuldades. que o aluno encontra. surdo.

Reorientar as práticas educativas para atender um público que necessita de atendimento especializado pode gerar resistência de alguns professores em acolher esses alunos, fato que gera polêmica na educação inclusiva quando se localiza especificamente a realidade dos discentes surdos, o que se observa é um distanciamento na relação entre professor e aluno, devido à falta de aquisição de conhecimento sobre LIBRAS, causando um déficit na interação comunicativa e a consequente exclusão desse aluno surdo, isolado na relação com o intérprete, ou seja, a admissão é imposta sem a escola está devidamente ajustada e preparada para receber esse público (MACHADO, 2017).

O interesse pela inclusão de Surdos nas escolas surgiu também da importância da pesquisa para o desenvolvimento da minha futura profissão, pois sabemos que ainda existem muitos paradigmas sobre este assunto, e através das informações aqui pesquisadas e apresentadas, que nós como educadores iremos ser capazes de melhor intervir no processo de ensino e aprendizagem de alunos com algum grau de surdez. Nesta perspectiva a pesquisa traz como pergunta norteadora: Como se deu o processo de

inclusão do aluno surdo no sistema educacional brasileiro?

O presente artigo traz como objetivo geral: discutir por meio de dados literários como se desenvolveu e desenvolve o processo de inclusão do aluno surdo no sistema educacional brasileiro. Para realização do estudo, adotou-se como metodologia um levantamento bibliográfico, cuja abordagem de seu tema de forma qualitativa.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo se desenvolveu por meio de uma pesquisa bibliográfica, que se caracteriza por ser elaborado a partir de material previamente publicado composto principalmente por: livros, periódicos, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador já em contato direto com todo o material trazer para o tópico de pesquisa escrito (PEREIRA *et al.*, 2018).

Traz como método de abordagem a pesquisa qualitativa, segundo Silva (2020), trata-se da compreensão, da interpretação do fenômeno, da consideração do significado que os outros atribuem às suas práticas, o que impõe uma abordagem ao pesquisador.

Para tanto a pesquisa se deu em duas fases: na primeira ocorreu a pesquisa do material a ser utilizado, onde foram descartados todos os documentos que não atenderam ao objetivo do estudo, e a segunda fase se voltou para análise das informações e discussões dos principais pontos que compõem este estudo.

3 | REVISÃO

3.1 HISTÓRICO DA LÍNGUA DE SINAIS

A Língua Brasileira de Sinais – Libras – é a língua usada pelas comunidades surdas de todo o território brasileiro, tendo sua concentração nas escolas, associações de surdos e em espaços comuns compartilhados por surdos. A Libras em sua história, tem como grande referência linguística a Língua de Sinais Francesa – LSF, pois os primeiros educadores de surdos do Brasil vieram da França para a constituição das primeiras escolas de surdos do País.

O professor Charles Michel de L'Épée realizou estudos na França e investiu nos sinais considerando essa a língua natural dos surdos, desenvolvendo o trabalho de educação de surdos. Fundou e se dedicou aos surdos no Instituto Nacional de Surdos e Mudos da França (1855), a primeira escola de surdos de Paris (SANTOS, 2018).

Pode-se inferir segundo Nascimento (2018), que a ASL (Língua de Sinais Americana), também tem sua origem na Língua de Sinais Francesa. O professor americano Thomas Hopkins Gallaudet visitou a Europa para aprender mais sobre educação de surdos. Na França conheceu o professor surdo Charles Michel L'Épée e seu método que era

desenvolvido com a utilização do alfabeto manual e a língua de sinais francesa. Estudou o método e quando voltou aos Estados Unidos levou consigo o melhor aluno de L'Épée, Laurent Clerc, que juntos fundaram a primeira escola para surdos nos Estados Unidos em 1817 e em 1864 a primeira universidade mundial para surdos.

Em 1855 chega ao Brasil o professor surdo francês H Ernest Huet, que veio ao país a convite de D. Pedro II, juntos fundaram a primeira escola para surdos nominada “Imperial Instituto de Sur”, hoje conhecido Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES grande referência na educação de surdos do país, sede permanece na cidade do Rio de Janeiro, tendo sua fundação em 26 de setembro de 1857, data comemorada pela uma grande conquista educacional, social e linguística para a comunidade surda brasileira (SUETH, 2018).

3.1.1 Oralismo

Ao longo da história surgiram diversos interesses diante do ensino de pessoas surdas, com isso várias abordagens teórico-metodológicas foram desenvolvidas com esse objetivo, entre estas o oralismo que apresenta como ponto de partida discursos clínicos desenvolvendo uma prática educativa através de terapias, correções da surdez com atividades orofaciais em busca de uma condição de normatização LOPES, 2011 p.09).

O Oralismo surgiu por volta do século XVIII, segundo Mazzacotte (2018), esse foi um fato notável na história da educação para surdos, pois a partir do Congresso de Milão na Itália em 1880, que contou com a presença de educadores ouvintes e exclusão dos surdos, a metodologia oralista passa a ser absoluta e fica decidido a proibição do uso de sinais na educação de surdos na Europa tendo como seu principal objetivo o desenvolvimento da oralização.

A proposta Oralista defende uma educação com exercícios para a aquisição da linguagem oral dos alunos surdos, baseando-se na crença de que a fala oral é o único meio para a evolução do ser e que a língua de sinais atrapalha essa evolução.

É correto afirmar que durante 100 anos de filosofia oralista, os surdos passaram a ser educados de acordo com a filosofia oralista, e quando definido por meio de uma abordagem metodológica o oralismo passou a ter como principal objetivo a comunicação oral, e todo o trabalho realizado era centralizado na reabilitação do surdo, ou seja, sua normalização aproximada aos ouvintes. Nessa concepção se fazia necessário a prática da fala como se fossem ouvintes, ainda que sem a mesma fluência e/ou entonação, para que assim pudessem ser ensinados (LIPPE *et al.* 2017).

Essa abordagem, definida por seus defensores como a melhor educação de surdos, responsabiliza a deficiência do indivíduo pelo seu fracasso, e não pela proibição do uso de gestos o uso da língua de sinais língua de sinais forma natural de comunicação e aprendizado para estes.

Segundo Tino *et al.* (2018), os discentes são incentivados a usar sua audição residual e aprender a falar. Um trabalho que exige acompanhamento fonoaudiológico, estimulação oral com trabalho específico para aquisição da linguagem de forma satisfatória.

De acordo com Vilela *et al.* (2016), para o oralismo, a surdez é uma deficiência que deve ser minimizada com o objetivo de que o surdo viva e seja igual ao ouvinte, assim para atingir esse objetivo, a filosofia oralista era desenvolvida por um grupo de especialistas médicos e terapêuticos, nas áreas de neurologia, fonoaudiologia, psicologia e otorrinolaringologia dos quais utilizavam resíduos auditivos, protetização nas práticas de aprendizagem da fala oral.

Tem ainda como base terapêutica o aproveitamento máximo dos restos auditivos por meio de aparelhos de amplificação sonora voltado para ajudar crianças a usar e aumentar sua audição residual aprendendo a ouvir e a desenvolver sua capacidade oral, pois a fala é uma maneira que aumenta seu conhecimento, experiência e vida, para que se tornem pessoas integradas e participantes da sociedade em geral (VAZ; MORAES; HENRIQUES, 2019).

A metodologia escolar é baseada no treino de palavras através das práticas oro articulatória, e tais atitudes são sustentadas pela afirmação de que os surdos têm dificuldade de abstração, justificando assim que aprender a falar é mais importante do que aprender a ler e escrever. Para esta filosofia, a pessoa surda é vista como um indivíduo com deficiência auditiva que precisa ser curada, corrigida e restaurada.

O método oral enfatizava a escrita de forma mecânica, em que o aluno era condicionado à repetição sucessiva de textos, o ensino de surdos por esse método não atendia às necessidades que eles apresentavam e formava alunos com baixa alfabetização devido ao vocabulário oral reduzido e a maioria desses alunos ter um processo de fala ilegível.

No Brasil, verificou-se que a grande maioria dos surdos que passam pelo processo de oralização não conseguiram desenvolver um bom desempenho na fala, nem tampouco a leitura labial, nem conseguiam através da comunicação oral a integração verbal, havia uma discrepância entre os objetivos do método oral e as condições de aprendizagem do surdo, pois esta é favorecida através do visual e gestual e não da fala e audição. Com isso, não havia benefícios da oralização para os surdos, e apenas uma pequena parte da totalidade dos surdos tem expressão e recepção verbal adequadas (CECÍLIO, 2017).

Sendo assim, Alves (2019), expressa que os surdos sofreram de atraso na linguagem e por um século ficaram sem exposição a uma linguagem natural e devido o método ofertar ao surdo apenas a correção da fala, os surdos nesse período não adquiriram conceitos científicos por meio de instrução formal, ampliando o prejuízo na aquisição de conceitos mais abstratos.

Por tanto percebe-se que o oralismo é insuficiente na educação de surdos. pois parte de uma ideia de equivocada às necessidades de um padrão linguístico, o qual submete

o surdo a um atraso na fala sinalizada e provoca consequências traumáticas ao surdo. Essa filosofia desrespeita o surdo diante dos seus aspectos cognitivos, sociais, identitários, históricos e culturais determinados pela língua e cultura por apenas se vincular ao canal auditivo para transmissão de conteúdo e prodronização de uma cultura majoritária ouvinte.

3.2 Comunicação total

Em meados de 1960, após o entendimento de que o método oral não obtinha o objetivo desejado diante da educação de surdos, surgiu uma nova filosofia educacional denominada Comunicação Total. A nova proposta ainda preservava o desenvolvimento da fala, mas com o interesse de usar múltiplas metodologia em prol desempenho de ensino da fala e leitura orofacial.

Assim, o modelo apoiou-se na valorização da língua de sinais associados a vários modos linguísticos dos quais favorecessem a compreensão na comunicação dos surdos como também ao alcance de uma leitura e uma escrita satisfatórias dos quais são necessários para conseguir uma boa comunicação na língua de seu país.

Ainda, por apresentar a preocupação no processo comunicativo do surdo com o surdo, do surdo com o ouvinte e com a aprendizagem da linguagem oral pelas crianças surdas. Segundo Goldfeld (2001, p.38):

Esta filosofia também se preocupava com a aprendizagem da linguagem oral, mas acredita que os aspectos cognitivos emocionais e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por esse motivo, essa filosofia defende a utilização de recursos espaço-viso-manuais como facilitadores da comunicação.

Para Santos (2017), essa visão expõe a valorização de abordagens e alternativas que permitam aos surdos compartilhar ideias, sentimentos e informações com ouvintes. A Comunicação Total tem como objetivos fundamentais facilitar a integração do surdo no meio ambiente e criar condições adequadas ao seu bom desenvolvimento psicolinguístico.

Na Comunicação Total, o alfabeto manual é frequentemente utilizado para alcançar a comunicação com os ouvintes. Sua proliferação cria em muitos ouvintes a suposição de que o próprio alfabeto é língua de sinais, mas isso é apenas um acréscimo a essa linguagem, e sua função é a grafia de nomes (BARROS; SANTOS, 2020).

Trabalhando simultaneamente com a linguagem oral e de sinais, Schiavon (2017), expressa que a Comunicação Total chama essa forma comunicativa de bimodalismo, enfatizando o uso de palavras e sinais como dito antes. Recursos estes utilizados por essa filosofia no processo de aquisição da linguagem pela criança e na facilitação da comunicação entre surdos e ouvintes.

Apesar do método buscar facilidades para a comunicação, e mostrar mais eficiência em relação ao oralismo, os surdos apresentavam dificuldades em aprender o

significado do português sinalizado. A visão do surdo fica sobrecarregada ao tentar ler os lábios do interlocutor para perceber as palavras e ao mesmo tempo observar as formas das configurações das mãos. Essa combinação de língua falada e de sinais impedem que os surdos percebam e distingam a estrutura sintática da língua falada e de sinais, pelo uso inadequado da estrutura gramatical dos sinais.

Por esse motivo, a abordagem conseguiu estimular o surdo a expressar sua autonomia e consolidar como uma cultura surda, mas continuou apresentando pontos negativos diante do aprendizado da leitura e da escrita do surdo que continuou prejudicado pela mistura das duas línguas.

De acordo com Késio (2016), é interessante notar que, mesmo utilizando a língua de sinais, a Comunicação Total ressalta as dificuldades de aprendizagem nos requisitos de alfabetização. Explica ainda, que quando a língua de sinais foi utilizada nas práticas dessa abordagem, suas características linguísticas não foram respeitadas como língua real, mas utilizadas apenas como suporte para aprendizagem e estudo, não como o elemento principal para o evento de aprendizagem, o que promove a mistura de duas línguas, a língua portuguesa e língua de sinais.

A Comunicação Total tem aspectos positivos e negativos. Ampliou a visão de surdos e surdez, deixou de lado a necessidade de tornar o surdo oral e auxiliou o processo de uso de sinais, desenvolvimento cultural e de identidade linguística, mas não o tornou prático o suficiente. Essa filosofia reconhecia o surdo como uma pessoa capaz, mas não reconhecia os sinais como sua língua natural, com estrutura própria, apenas como meios técnicos e artificiais capazes de favorecer a comunicação.

3.3 Bilinguismo

Em meados de 1970, deu início a filosofia bilíngue uma proposta de ensino usada no âmbito escolar tomando com objetivo a acessibilidade da criança surda a partir das duas línguas envolvidas no contexto educacional.

De acordo com Quadros (1997, p.27):

Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino da criança surda, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita[...]. A preocupação atual é respeitar a autonomia das línguas de sinais e estruturar um plano educacional que não afete a experiência psicossocial e linguística da criança surda.

O bilinguismo percebe o surdo de forma diferente do oralismo e da comunicação total, nessa filosofia o surdo não precisa aspirar uma vida igual à do ouvinte, mas sim poder abraçar sua surdez e formar uma comunidade com cultura e língua própria.

A origem do bilinguismo está no direito de adquirir uma língua natural (língua de sinais) de forma espontânea e não sistematizada como a língua oral, e o direito de ter o

acesso a sua língua materna e a língua oficial do país. Em busca de captar esse direito, surge a mobilização de diversas comunidades em favor do uso dessa abordagem, aliada aos estudos linguísticos que comprovam o status dessa língua.

O bilinguismo se concentra principalmente nos surdos, apoiando-os em sua língua, cultura e aceitando sua forma de agir e pensar. Ao se falar em bilinguismo no campo da educação de surdos, relata-se que há duas línguas nesse ambiente, a saber, a língua majoritária dos ouvintes, no caso do Brasil o português brasileiro, e a língua de sinais no caso do surdo – a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (MIRANDA, 2020).

Segundo Késio (2016), o bilinguismo relata que, se os surdos não adquirirem a língua de sinais nos primeiros anos de vida, sofrerão consequências como a perda da oportunidade de uso da língua. Deve-se atentar na importância do acesso da criança surda a língua de sinais o quanto antes possível, considerando os aspectos psicossociais e culturais nas condições sociolinguísticas favorecendo seu desenvolvimento e consolidação de linguagem.

O passo mais importante para tornar o bilinguismo uma realidade foi dada na Suécia, o primeiro país a reconhecer politicamente os surdos como uma minoria linguística cujos direitos políticos garantem a educação bilingue.

É correto afirmar também, que o bilinguismo foi validado com sucesso na Dinamarca, onde pesquisadores acompanharam nove crianças surdas de seis a quatorze anos durante oito anos e obtiveram bons resultados de leitura e escrita. O primeiro ano foi inteiramente dedicado ao desenvolvimento da língua de sinais, inicialmente usando descrições de desenhos animados. Depois de dois anos, eles descobriram que sete dos nove já eram fluentes em língua de sinais e exibiam informações detalhadas para sua idade (VASCONCELOS, 2020).

A partir do segundo ano de pesquisa, a língua Dinamarquesa foi introduzida como a primeira língua estrangeira, tanto escrita quanto falada. Segundo Késio (2016), alguns deles já possuíam excelentes conhecimentos devido aos programas de leitura precoce. Vários recursos foram utilizados nesta aula de alfabetização, incluindo sinalização, linguagem falada e textos escritos. Houve excelente expansão, aos doze anos cinco das nove crianças tinham um nível de leitura semelhante ao das crianças ouvintes e aos quatorze e nove das crianças eram razoavelmente fluentes em leitura. Através deste programa, o bilinguismo é agora amplamente aceito em todas as escolas e comunidades na Dinamarca.

Sendo este um exemplo de resultado mais eficaz no ensino de surdos, faz-se necessário apresentar esta proposta educacional para surdos o quanto antes, pois em contato com a língua de sinais o aluno apresentará rico e pleno desenvolvimento da língua logo que a língua oficial do seu país seja ensinada com base nos conhecimentos adquiridos através da língua de sinais.

3.4 Legislação

Atualmente, reconhecemos a inclusão como “novo” paradigma na educação, e para isso se faz necessário políticas públicas coerentes e eficazes capazes de preparar escola para as mudanças sociais e as novas concepções educacionais, reorganizando-as para promover o processo de aprendizagem destes alunos, proporcionando uma educação integrada nos princípios inclusivos de qualidade, e no respeito às diferenças.

A legislação educacional brasileira, assegura a garantia à educação na Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu Art. 6º, sendo esta garantia um dos direitos sociais, direito este fundamental e dever do Estado, e ainda nos Artigos 206 e 208, ressalta a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, e o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

No Brasil, a política de educação inclusiva se fortalece com a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Diretrizes Legais e Fundamentos da Educação Nacional – LDB, contida no Art. 59, trazendo mudanças que garantem o direito das pessoas com surdez a técnicas, recursos educacionais e uma organização curricular específica para atender às suas especificidades educacionais, além de professores com formação adequada para atender alunos com necessidades especiais no Ensino Médio ou superior (LOPES, 2019).

De acordo com a LDB 9.394/1996, ainda no artigo 59, quando se trata da formação de professores para atender essas crianças com necessidades educacionais especiais, a lei define que cabe à escola oferecer um ensino de qualidade com profissionais especializados que são adequados para atender às expectativas dos alunos para que possam aprender e exercer seu direito à cidadania. No entanto, pode-se observar que muitas instituições de ensino acolhem surdos, mas não possuem profissionais capacitados para atendê-los, como o surdo e o tradutor-intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (MACHADO, 2020).

Entendemos segundo Lopes (2017), que a aquisição da língua de sinais dá à criança surda acesso aos conceitos de sua comunidade que evoluem a forma de pensar, agir e ver o mundo que é explicitamente visual, porém já sabemos da importância da língua portuguesa para esses alunos, como sua segunda língua por ser o idioma utilizado como língua oficial da sociedade brasileira. Por meio do português, o surdo tem acesso à comunicação oficial e interação com ouvintes que não são usuários de Libras. Essa condição bilíngue do surdo é garantida pela lei n. 10.436/2002, no entanto, as ofertas educacionais para esse público começam a partir do decreto n. 5.626/05 na arte da Educação infantil ao colégio.

Segundo Borges *et al.* (2021), no que diz respeito à educação de surdos, podemos demonstrar na proposta da Política Nacional de Educação Especial de 2008 na Perspectiva da Educação Inclusiva a definição da escola regular como um local de suma importância para

a inclusão da sociedade surda, pois é a partir dessa inserção que os alunos desenvolvem habilidades comunicativas para interagir com o outro (seja surdo ou ouvinte), constroem sua identidade na relação estabelecida com o outro e adquirem a possibilidade de inserção no mercado de trabalho acesso a bens e serviços, cultura e lazer.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, intitulada “Lei Brasileira de Inclusão da Deficiência” ou “Estatuto da Deficiência” é a norma mais recente que trata desse assunto. Em parte o 1º declara que a sua aprovação visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, com vista à prossecução da sua inclusão social e cidadania. Consequentemente, essas disposições implicam uma mudança no ambiente escolar na prática institucional para estimular a participação e aprendizagem dos surdos nas escolas regulares (SOLEDADE *et al.*, 2018).

Diante do exposto, constatamos que a rede escolar precisa conhecer o aluno surdo para fornecer materiais, formações profissionais e adequar métodos de ensino a esses indivíduos para que possam ter acesso ao sistema regular de ensino. Para isso, o conhecimento do processo social e jurídico que culminou na proposta educacional para surdos representa uma importante ferramenta para demandas por uma mudança da própria escola e consequentemente da sociedade em que vivemos.

3.5 Educação de Surdos e o Processo de inclusão do Surdo

A história da educação de surdos no Brasil é uma pequena parte diante dos diversos fatos históricos da educação de surdos ao redor do mundo. Como toda mudança no processo social ao longo da história na educação do surdo, surgiram novos paradigmas que superaram preconceitos, alcançaram desafios e alcançaram grandes avanços na tecnologia educacional (RIBAS, 2017).

Neste sentido, Machado (2021), expressa que a educação de crianças, adolescentes e adultos com necessidades educacionais especializadas é muito complexa e foi conquistada por muitas lutas desde a antiguidade até os dias atuais. A inclusão não pode ser definida apenas como escola, ela acontece em diferentes ambientes sociais.

A escola deve proporcionar à criança uma formação holística, intelectual, afetiva e social. É importante ressaltar a importância da inclusão de pessoas com necessidades diferenciadas nas escolas regulares, mas não basta dizer que somos uma escola inclusiva, é preciso garantir condições de aprendizagem e acessibilidade coerente.

É importante ainda, que seja desenvolvido um ensino com ênfase na inclusão escolar e o atendimento educacional especializado, que são termos que convergem na legislação brasileira. Desde que a Constituição Federal entrou em vigor, o art. 208 n.º III dispõe sobre a prestação de serviços pedagógicos especializados, preferencialmente no âmbito da rede regular de ensino para pessoas com deficiência (termo à época). Este

direito inalienável é posteriormente descrito no art. 54, inciso III do Estatuto da Criança e do Jovem – ECA (SANTANA *et al.*, 2018).

No entanto, Costa (2018), afirma que a garantia do serviço não implica sua utilização, portanto a atual Constituição do Brasil, no art. 205, define que a educação é o resultado de uma ação articulada entre a família e o Estado. Com isso em mente vemos que cabe ao Estado a prestação do serviço e ao responsável legal da criança o registro e a condução até o local onde o serviço ocorre.

O serviço de educação inclusiva integra a LDB como uma ação de educação especial, definindo-a como modalidade a ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. Por modalidade, por especificidade, entendemos uma forma de ensinar que ocorre no ensino regular e permeia todos os níveis de ensino.

Devemos ressaltar que de acordo com a Lei que regulamenta a educação brasileira, a educação especial e conseqüentemente o referido atendimento na faixa etária de zero a seis anos ainda se inicia na educação infantil. Considerando que a principal diferença entre crianças surdas e ouvintes é linguística, entendemos que garantir um espaço educativo nesta fase do desenvolvimento é essencial para a pessoa surda, pois garante o contato com sua língua natural, Libras, de forma adequada. Além disso, o sistema escolar possibilita direcionar a família para espaços de cuidados e ações complementares que, aliados à educação em uma escola compartilhada inclusiva, promovem o desenvolvimento integral do aluno (SAVIANI, 2019).

O apoio do sistema escolar, em creches e pré-escolas, com a presença de adultos surdos no quadro de funcionários é fundamental, assim como de programas e ações de ensino e divulgação de escalas, não só para o aluno, mas para toda a comunidade escolar, o facilitar o desenvolvimento de um ambiente linguístico que se estenda à família e demais espaços sociais utilizados pelos surdos usuários de Libras (SILVA, 2021).

Lembramos que a educação não é tarefa exclusiva da escola, mas que a família tem um papel importante na formação dessa criança. O que estamos dizendo é que, como creche, pré-escola e escola são locais voltados para a educação para a cidadania (premissa constitucional) e devem ter professores capacitados e também professores especializados em promover a inclusão acadêmica e social de todas as crianças, esse espaço poderia servir de guia para famílias que precisam entender as necessidades desses alunos.

A inclusão de alunos surdos na sala de aula regular representa um grande desafio para os profissionais da escola e da educação trabalharem com a diferença linguística entre esses alunos e o público que está no mesmo espaço de aprendizagem e compartilhando as mesmas atividades. Por isso, a atenção à formação do professor qualificado e especializado torna-se fator essencial no sucesso do desenvolvimento do bilinguismo da criança surda inserida em sala de aula (RODRIGUES, 2019).

Segundo Santos Garcia (2017), a responsabilidade de treinar o aluno surdo não deve recair sobre o intérprete, pois seu trabalho principal é interpretar. É necessário que a

atuação do intérprete seja em parceria com o professor, desde que cada um cumpra seu papel em atitude cooperativa e que cada possa sugerir algo aos demais, promovendo as melhores condições possíveis de aprendizagem para o aluno surdo.

Considerando essas informações, notamos que há necessidade de um melhor cumprimento das leis já sancionadas que regulamentam o sistema de ensino brasileiro e que isso exige maior investimento na formação e desenvolvimento profissional dos profissionais que atuam nessa área para conhecer a realidade dos estudantes e desempenham um papel fundamental na educação dos alunos surdos. Ao quebrar as barreiras de recrutamento e apoio, os próprios profissionais, cientes do que precisa mudar, podem se tornar grandes aliados na implementação da inclusão as escolas.

3.6 Nas entrelinhas da Metodologia Visual, para o surdo.

Segundo Santos Filho *et al.* (2016), a educação e a comunicação são elementos que caminham juntos com ênfase em um único processo que é o ensino e aprendizado, onde a comunicação é vista como grande aliada da educação, e nela encontra-se auxílio indispensável para o aluno compreender o mundo de maneira contextualizada, coerente, criativa e interativa por meio do desenvolvimento individual e coletivo, demonstrando e ressaltando seu nível, capacidade, superação e avanço.

Entretanto, tais observações promovem uma reflexão diante da educação de surdos, a qual envolve diretamente uma comunicação visual, que ocorre através da língua de sinais, a Libras e que se faz tão necessária para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

Mas afinal, como ensinar os alunos surdos? Como desenvolver estratégias de ensino utilizando os recursos necessários e apropriados? Quais os saberes necessários para o professor no desenvolvimento da práxis pedagógica? Estes são pontos importantes para que entendamos qual a importância de uma metodologia visual e seus benefícios na educação de surdos considerando aspectos linguísticos e culturais.

É importante considerarmos que existe uma grande relação de quem ensina com o que ensina, mas a relação de significados e resultados são construídos com o aluno, com isso precisamos estar atentos que para ensinar requer perceber as particularidades de cada sujeito e como este se relaciona com o conhecimento.

O aluno surdo, assim como qualquer aluno pode apresentar ao longo da jornada estudantil dificuldades de aprendizagem e limitações, isso exige do profissional um atendimento pedagógico especializado capaz de respeitar o ritmo do aluno e proporcionar a estimulação adequada para o desenvolvimento de suas habilidades. Assim, o discente deve ser visto como um sujeito capaz de elaborar o seu conhecimento e evolução pessoal, porém a partir da estimulação e atribuição da qual envolve todo o processo escolar, como também as situações que vivencia, interações com as quais ele aprende (ZIESMANN *et*

al. 2018).

Em suma, podemos afirmar que o processo de ensino do aluno surdo se dar de forma eficaz por meio da comunicação visual, pois tal prática de ensino levará o discente a criar sua identidade visual, descobrir e interagir no seu universo, trazendo melhorias, enriquecendo sua capacidade de expressão e de representações, onde através desses conhecimentos será capaz de produzir, esclarecer e imaginar, despertado assim possibilidades de ser protagonista do saber e da sua história.

Para tanto, a didática no ensino dos surdos deve favorecer novos caminhos questionando quem é o sujeito surdo e quais as melhores estratégias a seguir, considerando o respeito as questões linguísticas e culturais. Com esse propósito diversas discussões envolvem currículo e didática na educação de surdos, buscando refletir diante de uma proposta pedagógica a prática educativa. Para tanto, surgem novas propostas aliadas a práxis pedagógicas em busca de uma metodologia eficiente das quais destacamos:

- A pedagogia da diferença – A qual respeita a diferença do outro, respeita a cultura, identidade e língua
- A pedagogia surda – Tem como objetivo possibilitar o conhecimento de acordo com as particularidades do aluno, considerando todos os aspectos valorizando o saber do povo (Cultura, comunidade surda, língua, arte, história de vida)
- A pedagogia visual – Organizar novas estratégias no processo de ensinar e aprender, usando a língua de sinais e os artefatos culturais, apropriando-se das características viso-espaciais do sujeito surdo encontrando na imagem uma grande aliada no ensino-aprendizagem.

4 | CONCLUSÕES

De acordo com o estudo realizado, pode-se afirmar que o ensino de surdos no Brasil passaram por um longo processo, e atualmente ainda enfrenta inúmeros problemas na sua escolarização e aquisição de linguagem. Através dos conhecimentos adquiridos, é correto inferir que a comunicação visual é um importante elemento para o ensino de alunos surdos, pois através da visualização será possível desenvolver a imaginação e senso questionador para compreender e opinar sobre aspectos educacionais, históricos, linguísticos e sociais.

De acordo com o objetivo geral deste estudo, que propôs discutir por meio de dados bibliográficos sobre o processo de inclusão do aluno surdo no sistema educacional brasileiro, conclui-se que o mesmo passou por altos e baixos, retrocessos e resistência tendo em vista todo o processo que foi exposto, e os vários momentos citados que foram de suma importância para crescimento do ensino de surdos, e inclusão nessa classe no sistema escolar. As limitações do estudo se voltam para o interesse no tema e fontes de pesquisa no cenário acadêmico, notando-se que ainda existe certa limitação em informações relevantes no que se refere a pesquisas desenvolvidas e publicadas, o que

reforça a ideia de continuar com estudos nesta temática, tendo em vista o enriquecimento literário sobre o assunto.

Em suma, este artigo não esgota as formas de abordagem do tema, mas apresenta uma breve explanação sobre o desenvolvimento do ensino, apresentando sua relevância em reforçar a ideia de formação continuada para os profissionais da educação, com ênfase no atendimento aos alunos surdos respeitando sua cultura, história e identidade. Na medida em que pesquisamos a surdez como uma experiência visual, compreendemos o quanto é necessário que educadores conheçam essa perspectiva (visual-espacial) capaz de promover possibilidades de ensino-aprendizagem na educação de surdos assim como a garantia de acesso através da língua de sinais – Libras, envolvendo nas práticas educativas a política pública de direito, a qual necessita-se investir num trabalho pedagógico que potencialize os processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos surdos, tendo como base a especificidade linguística e cultural desse grupo.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. D. A. W. **Elsa surda em uma aventura da linguagem**: a trajetória linguística de uma criança surda em processo de aquisição tardia da Libras. 2019.

ALVES, V. C. A formação de professores ouvintes para o ensino bilíngue (LIBRAS/PORTUGUÊS) de crianças surdas nas escolas inclusivas. **A Interlocução de Saberes na Formação Docente 3**, p. 1, 2019.

BARROS, D. D.; SANTOS, D. A. do N. Educação de surdos, LIBRAS e Linguagem Matemática: algumas reflexões. **Educação: interlocuções, diálogos e reflexões na contemporaneidade**, p. 44, 2020.

BORGES, J. A. de A. R. *et al.* **Educação inclusiva em Goiás**: pontos e contrapontos. 2021.

CECÍLIO, A. I. E. **Métodos e estratégias de intervenção pedagógica direcionados a crianças e jovens com problemas de audição e surdez: um estudo de caso realizado num agrupamento da zona 2**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro (Portugal).

COSTA, A. M. M. **Movimentos sociais e educação superior**: ação coletiva e protagonismo na construção do plano nacional de educação (2014-2024). 2018.

GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Autores Associados, 2020.

GOLGFIELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 2001.

KÉSIO, G. F. L. **Oralismo, comunicação total e bilinguismo**: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos. 2016.

LIPPE, E. M. O. *et al.* **Libras na pedagogia: consonâncias e dissonâncias nas políticas educacionais.** 2017.

LOPES, D. S. de M. **Políticas públicas de inclusão educacional da pessoa com deficiência: uma análise da Lei nº 2.557/2015 que institui o Plano Municipal de Educação no município de Sousa-Paraíba.** 2019.

LOPES, M. C. Surdez e educação. 2. ed. **rev. ampl.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MACHADO, F. C. **A educação inclusiva no contexto sócio-educacional: desafios e perspectivas.** 2020.

MACHADO, R. B. L. **A educação inclusiva e seus desafios na sociedade contemporânea: considerações acerca da lei brasileira de inclusão e a realidade em sua execução nas escolas.** 2021.

MAZZACOTTE, A. C. B. *et al.* **História de vida de uma professora surda e sua prática pedagógica na educação básica.** 2018.

MIRANDA, D. G. Libras, Bilinguismo e Educação Bilíngue: O Território do Surdo. **Signótica**, v. 32, 2020.

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos: a aquisição de linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

RIBAS, J. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo.** Cortez Editora, 2017.

RODRIGUES, M. V. O. **A inclusão de alunos surdos em sala de aula regular na Escola Instituto Educacional Cônego Nestor de Carvalho Cunha na cidade de São Bernardo-MA.** 2019.

SANTANA, B. Q. de M. *et al.* **O acesso da pessoa com deficiência à rede regular de ensino no Brasil: uma análise crítica do discurso do julgamento da ADI 5357.** 2018.

SANTOS FILHO, G. O. *et al.* Na Construção da Modalidade Visual: A Pedagogia para a Educação dos Surdos. **Revista virtual de cultura surda.** 2016.

SANTOS GARCIA, M. I. EPLIBRAS: a experiência de um projeto bilíngue de preparação de alunos surdos para o Exame Nacional do Ensino Médio. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 22, n. 3, p. 405-423, 2017.

SANTOS SILVA, L. G. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões.** Editora Paulinas, 2016.

SANTOS, A. N. M. dos. **A língua brasileira de sinais na educação de surdos: língua de instrução e disciplina curricular.** 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, A. M. dos. **Comunicação bilíngue entre alunos surdos e seus pais ouvintes.** 2017. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico do Porto. Escola Superior de Educação.

SAVIANI, D. **A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas.** Autores associados, 2019.

SCHIAVON, D. N. **Inclusão de alunos surdos em Castilla-La Mancha (Espanha): reflexões para o contexto brasileiro.** 2017.

SILVA, J. V. da. **A construção da escola inclusiva no município de Franca (São Paulo) e os desafios das metas para o ensino fundamental segundo o plano nacional de educação.** 2021. Tese de Doutorado.

SOUZA LEMOS, G. Pedagogia e didática surda: por uma educação bilíngue com letramento visual e ensino de português na modalidade escrita. **Revista Inclusiones**, p. 332-355, 2021.

SOLEDADE, J. A. G. *et al.* Políticas públicas de inclusão na Educação Infantil-fase creche: conquistas ou desafios?. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 5, n. 2, p. 14-21, 2018.

SUETH, T. **Ensino e aprendizagem dos princípios aditivo e multiplicativo a uma criança surda: um estudo de caso.** 2018.

TINO, C. L. C. *et al.* **LINHA BRAILLE: Contribuições para maior acessibilidade às informações verbais pelos alunos com surdocegueira.** 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

VASCONCELOS, S. C. A. *et al.* **Inglês como língua adicional para surdos: encontros de leitura do romance gráfico "Monkey Food".** 2018.

VESZ, P.; MORAES, J. A. do N.; HENRIQUES, M. de F. A. C. Aquisição da linguagem pela criança surda: libras como percepção e identidade multicultural. **Revista Interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão-RevInt**, v. 7, n. 1, 2019.

VILELA, C. das N. *et al.* **Gênese da educação de surdos em Delmiro Gouveia.** 2016.

ZIESMANN, C. I. *et al.* **Inclusão, experiências e práticas pedagógicas: o atendimento educacional especializado na educação básica na perspectiva de Vygotsky.** 2018.